



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO  
Diretoria de Administração

**ATA DA 1ª REUNIÃO 2022  
COMITÊ DE LOGÍSTICA E SUSTENTABILIDADE**

**Data:** 27/04/2022  
**Horário:** 14 horas

**Local:** Av. do Contorno, nº 4631, 6º andar

**Membros presentes:**

André Luiz Morais Mascarenhas	Diretor de Administração
Márcia Aparecida Ferreira Campos	Diretoria-Geral
Otávio Cenachi de Almeida	Secretaria de Suporte e Atendimento/DTIC
Marília Souza Diniz Alves	Diretoria de Orçamento e Finanças
Pedro Formaggini Gualtieri	Secretaria da Corregedoria e da Vice-Corregedoria
Neuza Pereira Lima	Secretaria da Escola Judicial
Vagner Pereira de Carvalho	Secretaria de Segurança
Rolisene da Glória Parreira	Secretaria de Engenharia
Rafaela Oliveira Câmara Frazão	Seção de Apoio à Governança de Aquisições/DADM
Júnia Paula Fernandes de Oliveira	Seção de Gestão Sustentável/DADM

**Convidadas:**

Andreia da Silva Rosa	Seção de Gestão Sustentável/DADM
Karin Gäbel	Seção de Apoio à Governança de Aquisições/DADM

**ATA**

O Comitê de Logística e Sustentabilidade (CLS) do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, instituído pela Resolução GP N. 181, de 16 de março de 2021, reuniu-se semipresencialmente, em 27 de abril de 2022, em caráter ordinário, tendo participado os membros e convidados acima relacionados, para tratar das inovações implementadas pela Resolução do CNJ N. 400/2021 - que dispõe sobre a nova política de sustentabilidade no Poder Judiciário -, bem como sobre as possíveis ações para aprimoramento da sustentabilidade no TRT3. O Diretor de Administração e Coordenador do Comitê, André Luiz Morais Mascarenhas, fez a abertura da reunião agradecendo a presença de todos. Em seguida, a servidora Júnia, da Seção de

Gestão Sustentável, apresentou uma breve descrição do Plano de Logística Sustentável (PLS) e do Plano de Ações do PLS, além de comentar sobre as mudanças dos indicadores e dos eixos temáticos obrigatórios trazidos pela Resolução CNJ 400/21. Júnia abordou os resultados do Relatório de Desempenho do PLS do ano de 2021, destacando os seguintes pontos: durante o ano de 2021 houve redução considerável de consumo de papel, copos descartáveis e água envasada em embalagens retornáveis (essa última em razão também da substituição de galões por purificadores); houve redução também do consumo e gasto com energia elétrica, porém não acompanhado na mesma proporção pelo consumo e gasto com água; e, por outro lado, houve um aumento de gastos com telefonia fixa. Júnia deu seguimento, prestando esclarecimentos sobre o Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), que é um dos quesitos nos quais se baseia a pontuação do Prêmio CNJ de Qualidade. Na sequência, a servidora Andreia da Silva Rosa, também da Seção de Gestão Sustentável, expôs sobre o IDS, que compila diversos indicadores diferentes de sustentabilidade. A servidora explicou que o CNJ possui um grande número de indicadores de sustentabilidade e, diante disso, criou o IDS para sintetizar a medição da sustentabilidade em um só índice objetivo, possibilitando a comparação entre os diferentes órgãos do Poder Judiciário. Completou informando que a fórmula de cálculo do IDS muda anualmente e é divulgada no Balanço de Sustentabilidade do Poder Judiciário; que os dados fornecidos pelo TRT3 no Relatório de Desempenho do PLS e no sistema PLS-Jud são utilizados no cômputo do IDS e, conseqüentemente, na pontuação para o Prêmio CNJ de Qualidade; discorreu sobre os critérios definidos no ano passado, pelo CNJ, para o cálculo do IDS; comentou sobre a situação do TRT3 no panorama nacional, que figura como o 4º colocado dentre os Tribunais Regionais do Trabalho; informou que o incremento do IDS compõe o Projeto de Gestão Diamante da Presidência deste Regional, o que veio a acentuar ainda mais o objetivo de sermos uma instituição sustentável e engajarmos esforços para sua melhoria. Diante da importância de se levantar corretamente os dados referentes aos indicadores de sustentabilidade, Andreia informou que a Seção de Gestão Sustentável organizou todas as informações necessárias por área, criando um quadro de demandas de dados, a ser distribuído para todas as áreas do Tribunal. Tal quadro objetiva informar os dados a serem solicitados mensal e anualmente, para que as áreas possam se organizar e acompanhar da melhor forma as informações de seus indicadores. Em seguida, passou a tratar das possíveis iniciativas a serem implementadas em 2023, iniciando a elaboração do Plano de Ações do PLS para o próximo ano, como: redução da quantidade de aparelhos de impressão; revisão da necessidade da utilização do “Siga-me” nos telefones; realização de estudo de viabilidade de aproveitamento de águas pluviais no Regional e implantação da energia fotovoltaica. Em seguida, a servidora Júnia apontou que a Seção de Sustentabilidade procede ao levantamento e tratamento dos dados recebidos, mas, para atingir resultados satisfatórios, é necessária a realização de reuniões frequentes do Comitê, a fim de se elaborar conjuntamente um plano de ações efetivo que envolva todo o Tribunal. Após, a palavra foi aberta para comentários e sugestões dos presentes. Sobre a constatação de que o consumo de água diminuiu muito pouco

durante a pandemia, a servidora Márcia, da Diretoria Geral, sugeriu que talvez a frequência maior da limpeza, diante da situação de emergência em saúde pública, tenha contribuído para a não diminuição. Andreia questionou se a atividade de limpeza cresceu tanto assim durante toda a pandemia, inclusive no período de 2020 quando a maior parte do Tribunal estava em trabalho remoto. Rosilene, da Secretaria de Engenharia, sugeriu que um dos pontos a ser considerado é o fato de que com um número reduzido de pessoas trabalhando presencialmente houve um menor controle de vazamentos ocorridos; Júnia reforçou que a Gestão Sustentável possui uma proposta de campanha de incentivo à imediata notificação de vazamento. Em relação ao número elevado de equipamentos de impressão existentes no TRT3, o que impacta negativamente o IDS, o servidor Otávio, da Secretaria de Suporte e Atendimento/DTIC, comentou que houve uma revisão recente da Instrução Normativa N. 30, ainda não publicada, realizada pelo Comitê de Tecnologia de Informação e Comunicação (CTIC), que reduziu a quantidade de impressoras e multifuncionais a serem distribuídas, o que pode contribuir para a melhoria do IDS, à medida que a revisão da IN 30 for implementada; comentou também que está sendo iniciado, na SESA, um trabalho para avaliar a possibilidade de implementação de *outsourcing* de impressão; Júnia ressaltou a importância da participação de todos nas reuniões do Comitê e da comunicação entre as unidades, complementando que o *outsourcing* de impressão consta do PLS. Ainda sobre a discrepância entre o número elevado de impressoras e a queda na quantidade de impressões, o Diretor de Administração, André Mascarenhas, apontou que, durante a pandemia, não houve oportunidade de promover o desfazimento de impressoras em desuso e que talvez, para este ano, com a retomada dos processos de desfazimento de bens inservíveis, haja uma melhora do IDS neste quesito, mas com a ressalva de que, por se tratar de ano eleitoral, os desfazimentos só poderão ser feitos até o mês de julho. Sobre o consumo de energia elétrica, o servidor Vagner, da Secretaria de Segurança, informou que os agentes de segurança frequentemente constam, em seus relatórios de plantões, ocorrência de 10 a 12 unidades do TRT com portas e janelas abertas e luzes acesas, após o encerramento do expediente; fato que Júnia ressaltou como sendo uma outra intercomunicação necessária, uma vez que a Seção de Gestão Sustentável não tem os dados desses relatórios, noticiando, inclusive, que a próxima campanha será a de economia de luz. Vagner sugeriu a criação de uma planilha dinâmica, a ser preenchida diariamente para fornecimento desses dados. Sobre a questão dos gastos com telefonia, foi decidido que será solicitado à Secretaria de Gestão Predial um estudo sobre esses gastos, visando a possibilidade de reduzi-los, uma vez que o serviço “Siga-me” já não é tão utilizado, devido à retomada dos trabalhos presenciais. Sobre a utilização de energia solar no TRT3, André Mascarenhas apontou que, em estudos realizados no ano passado, foram constatadas algumas dificuldades, tais como quantidade insuficiente de áreas com suficiente incidência de luz solar nos imóveis do Tribunal e o custo elevado da instalação. Sugeriu, então, solicitar à SENG um Estudo Técnico Preliminar, para analisar a possibilidade de contratação de fazendas de energia solar, visando a sustentabilidade e a redução de custos. Tal sugestão pareceu ser a mais viável num futuro próximo, conforme comentou a

engenheira Rosilene, completando que um estudo mais aprofundado sobre a instalação e geração, pelo TRT3, da sua própria energia solar demandará um prazo mais longo. As servidoras da Seção de Gestão Sustentável informaram que outros órgãos públicos integrantes da Rede Sustenta Minas também estão analisando a possibilidade de adesão às fazendas de energia solar. Sobre a questão do reaproveitamento de águas, Rosilene comentou que essa medida é economicamente mais viável em prédios novos, a serem construídos ou adquiridos, porque a implantação desse tipo sistema em prédios já existentes tem custo elevado, tendo em vista que envolveria mudanças estruturais. Andreia questionou, ainda, sobre o reaproveitamento de água para a jardinagem, o que não foi considerado como fator muito impactante pela engenheira Rosilene. Ao final, o Diretor de Administração agradeceu a participação e solicitou a contribuição de todos os membros apresentando sugestões e também no sentido de buscarem engajar os demais colegas na questão da sustentabilidade. Não havendo mais assuntos a serem tratados, foi encerrada a reunião.

#### **Assinaturas - Ata da 1ª Reunião do CLS - 2022 [1]**

**André Luiz Morais Mascarenhas**  
Coordenador

**Júnia Paula Fernandes de Oliveira**  
Seção de Gestão Sustentável/DADM

**Márcia Aparecida Ferreira Campos**  
Diretoria-Geral

**Marília Souza Diniz Alves**  
Dir. de Orçamento e Finanças

**Neuza Pereira Lima**  
Secretaria da Escola Judicial

**Otávio Cenachi de Almeida**  
Dir.de Tecnologia da Informação e  
Comunicações

**Pedro Formaggini Gualtieri**  
Sec. Corregedoria e Vice-Corregedoria

**Rafaela Oliveira Câmara Frazão**  
Seção de Apoio à Governança de  
Aquisições/DADM

**Rolisene da Glória Parreira**  
Secretaria de Engenharia

**Vagner Pereira de Carvalho**  
Secretaria de Segurança<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> As assinaturas serão registradas mediante manifestação de concordância em resposta ao e-mail enviado a cada integrante da reunião, contendo a presente Ata anexada.

